

## Os levantamentos «miguelistas» contra a Carta Constitucional (1826-1827)

1. Em 24 de Julho, D. Isabel Maria mandou jurar a Carta a 31. A 22, já houvera uma tentativa de um pronunciamento de milícias, em Chaves, inspirada pelo general (na reforma) Madureira Lobo e logo sufocada pela tropa de linha. A 24, o visconde de Montalegre, de conluio com parte da oficialidade, amotinou em Bragança o regimento de Infantaria 24 e prendeu o bispo e o governador da praça. Mas Cavalaria 12, também ali aquartelada, permaneceu «fiel» e fugiu das paragens sob o fogo dos rebeldes, manifestamente por medo do contágio político e para evitar um confronto perigoso. De qualquer maneira, Montalegre ficou isolado e retirou desde logo para Espanha. A 3 de Agosto, Santa Marta, comandante da guarnição do Minho, escrevia a Saldanha que a província de Trás-os-Montes estava «em sossego e tranquilidade»<sup>1</sup>. A 31 de Julho, no entanto, Cavalaria 2 de Vila Viçosa aclamou D. Miguel e partiu para a fronteira, com duas companhias de milícias e os «dinheiros públicos» do «cofre» da vila<sup>2</sup>. Simultaneamente, em Estremoz, Infantaria 17 deu «vivas» a D. Miguel e «morras» à Constituição e foi juntar-se a Cavalaria 2. Depressa todas estas forças atravessaram a fronteira, sob o comando do velho brigadeiro Magessi. Em Elvas, pelo contrário, Azeredo e Caula conseguiram conservar a disciplina, apesar de uma revolta de Artilharia 3 no forte da Graça, a que algumas outras unidades ameaçavam aderir<sup>3</sup>. No princípio de Agosto, o futuro «exército realista» não chegava ainda

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Santos, *Documentos*, II, 108.

<sup>2</sup> Soriano, *Guerra*, III, II, I, 477.

<sup>3</sup> Santos, *Documentos*, II, 107, e Samodães, *Apontamentos*, 151-154.

para qualquer operação séria. Segundo o governo de Lisboa, não tinha mais do que 80 homens de Cavalaria 2, 211 de Infantaria 24, 211 de Infantaria 17 e duas centenas de milícias e guerrilhas<sup>4</sup>.

Saldanha, que entretanto tomara posse de ministro da Guerra<sup>5</sup>, tratou imediatamente de impor a sua autoridade. Extinguiu os regimentos rebeldes e ordenou a prisão à vista dos respectivos soldados e oficiais (inferiores e superiores) que aparecessem em Portugal<sup>6</sup>. Avisou os comandantes dos corpos que exigiria deles «vigilância» e obediência absoluta: «a dúvida era uma falta, a demora um delito, a oposição um crime capital»<sup>7</sup>. E, por fim, a 17 de Agosto, conseguiu poderes discricionários para reintegrar no activo os oficiais «demitidos, reformados ou privados dos seus empregos» por causa de «opiniões políticas, serviços ou adesão mais ou menos pronunciada ao sistema democrático e subversivo» de 1820<sup>8</sup>. Saldanha sempre se conservara cuidadosamente à margem desta facção e participara mesmo, como se sabe, na «Vilafrancada». Mas, perante os levantamentos «miguelistas», julgou precisar de aliados seguros e decidiu que só os «vintistas» lhe ofereciam garantias sólidas. Os «heróis» de 1820 e 1823 voltaram, portanto, do desterro interno e receberam as comissões mais sensíveis: Claudino, o governo das armas de Lisboa<sup>9</sup>, e Stubbs, o do Porto, por exemplo.

Com a retaguarda mais protegida, a 21 de Agosto, desarmou o Corpo de Polícia de Lisboa (que meteu no porão de alguns navios da Esquadra) e começou uma purga sistemática à oficialidade. Suspeitava de muitos oficiais superiores, formalmente fiéis à Carta, «de querer apenas ganhar tempo», enquanto esperavam «ordens secretas». Não hesitou, por isso, em substituir aqueles que a «opinião pública denunciava como agentes ou promotores» do «absolutismo». Quanto aos oficiais inferiores (os sargentos), «mal educados» e sem maneira de se promover, excepto pela «revolução», contribuíam activamente para corromper a tropa. Em menos de três semanas, demitiu sem forma de processo um «grande número» deles<sup>10</sup>. Não bastavam, no entanto, medidas cautelares. Por causa de «cálculos mesquinhos e projectos incompreensíveis»<sup>11</sup>, ou seja, mais precisamente, por causa do medo (e do ódio) dos «realistas» aos militares de carreira, o exército «estava quase extinto». Havia excesso de oficiais e uma confrangedora falta de praças, que mal davam para as tarefas de guarnição<sup>12</sup>. A 30 de Agosto, Saldanha pediu à

---

<sup>4</sup> Ordem do dia de 5-8-26, in Santos, *Documentos*, II, 112.

<sup>5</sup> Em 1 de Agosto.

<sup>6</sup> Decreto de 5-8-26, in Santos, *Documentos*, II, 113.

<sup>7</sup> Ordem do dia de 5-8-26, in Santos, *Documentos*, II, 112.

<sup>8</sup> Decreto de 17-8-26, in Santos, *Documentos*, 184.

<sup>9</sup> Pimentel, *Memorial*, 152-153.

<sup>10</sup> Carnota, *Memoirs*, I, 104-105.

<sup>11</sup> Ordem do dia de 30-8-26, in Santos, *Documentos*, 205-206.

<sup>12</sup> Saldanha a Isabel Maria, 30-8-26, in Carnota, *Memoirs*, II, 104-105.

«mocidade» que «voluntariasse» para «preencher os quadros»<sup>13</sup>. Mas sem ilusões sobre a eficácia do exercício, nesse mesmo dia declarou à Infanta-Regente que não dispensava uma recruta<sup>14</sup>.

Com as purgas de oficiais, a demissão em massa de sargentos e o alistamento de soldados frescos, estranhos às querelas dos anos anteriores, Saldanha pretendia evidentemente criar um exército que o «absolutismo» não pudesse usar. Prometendo que não haveria «perdão ou clemência para ninguém» e agindo com uma rapidez e severidade «sem precedentes» em Portugal, contava «intimidar e paralisar» a resistência à Carta<sup>15</sup>. Não pensou que se arriscava a provocar dois efeitos perversos. Por um lado, existiam muitos oficiais que, desaprovando a rebelião, não se queriam confundir com a gente de 1820 e 1823, que ele tornara a chamar ao activo, e menos ainda se resignavam a servir de instrumento ao «radicalismo». Por outro lado, a esmagadora maioria dos «miguelistas» (militares ou não), embora execrando D. Pedro e a Carta, não se atrevera a desafiar a legitimidade dinástica, em que assentava a sua própria doutrina. Ignorava a posição do Infante (juraria ele ou não juraria ele a Carta?) e preferia não se mexer enquanto as coisas se não definissem. A violência de Saldanha coagiu-a a agir.

Em 29 de Agosto, um destacamento de 60 homens de Cavalaria 9 de Chaves desertou para a Galiza, instigado por um tenente. Em 31 de Agosto, desertaram 52 soldados de Infantaria 5 de Elvas para Vila Nova de la Serena. Uns dias mais tarde, Telles Jordão e algumas companhias de milícias atravessaram a fronteira em Trás-os-Montes. A 15 de Setembro, o governador da praça de Almeida, Manuel da Silveira da Fonseca (irmão natural de António da Silveira, visconde Canelas), fugiu, também ele, para Ciudad Rodrigo, seguido por 250 homens do regimento que guarnecia a praça, Infantaria 11. Este último episódio, conforme Saldanha explicou a Isabel Maria, «produziu um grande abalo nos povos da Beira Alta e da Beira Baixa», que ficaram «vacilantes». Até em Lisboa houve «sinais de medo e de ominosa desconfiança»: «os anarquistas profetizaram novas defecções» e os «súbditos fiéis» começaram a tremer<sup>16</sup>. Uma semana depois, Santa Marta (governador das armas do Minho) e o visconde da Várzea, Bernardo da Silveira (governador das armas da Beira Alta), que sempre tinham cumprido com zelo as instruções do governo, «solicitaram» ambos a sua «exoneração»<sup>17</sup>. Dois generais de prestígio, reputadamente «conservadores», abandonavam assim a defesa da Carta, o que, na prática, justificava os rebeldes e era um puro incitamento à revolta.

<sup>13</sup> Ordem do dia de 30-8-26, in Santos, *Documentos*, II, 205-206.

<sup>14</sup> Saldanha a Isabel Maria, 30-8-26, in Carnota, *Memoirs*, 108.

<sup>15</sup> Saldanha a Isabel Maria, 30-8-26, in Carnota, *Memoirs*, I, 104.

<sup>16</sup> Saldanha a Isabel Maria, 9-10-26, in Carnota, *Memoirs*, I, 11-112.

<sup>17</sup> Santos, *Documentos*, I, 230-231.

Em 5 de Outubro, o marquês de Chaves aclamou D. Miguel em Vila Real, mas, como a tropa de linha não aderisse, foi obrigado a retirar-se para Lugo, com meia dúzia de soldados e duas ou três dezenas de guerrilhas. Em contrapartida, no Algarve, Infantaria 14, Caçadores 4 e parte de Artilharia 2 pronunciaram-se em Tavira. Saldanha partiu imediatamente de Lisboa com uma força de 4000 homens. Mas, só por si, o conde Alva, governador das armas da província, resolveu a situação. Juntando algumas tropas, perseguiu os rebeldes, que, sem resistir, passaram para Ayamonte com 1000 praças de linha e quatro peças de campanha<sup>18</sup>. A hemorragia, no entanto, ainda não parara: a 21 de Outubro, em Vila Pouca de Aguiar, amotinou-se um batalhão de Caçadores 7, que, sob o comando do médico da unidade, marchou, como de costume, para Espanha.

Esta foi a última deserção. Ao longo da fronteira leste, do Algarve a Trás-os-Montes, os «miguelistas» dispunham agora de Caçadores 1, 4 e 7, de Infantaria 5, 11, 14 e 17, de contingentes de Infantaria 7 e 19, de Cavalaria 9 e 12, de um esquadrão de Cavalaria 4 e de uma parte de Artilharia 2<sup>19</sup>: ou seja, de cerca de 3000 soldados de linha, acompanhados por quatro ou cinco centenas de milícias. A história, a sequência e a natureza das várias rebeliões mostram que elas não obedeciam a um plano geral. Em primeiro lugar, duraram três meses (de fim de Julho a fim de Outubro), o que nunca pôs o governo perante o perigo de um movimento tão vasto que ameaçasse alastrar e submergir o país inteiro. As unidades que se pronunciavam, «levantavam» ou amotinavam nunca recebiam qualquer apoio e, não se podendo sustentar sozinhas contra o exército «fiel», fugiam para Espanha. Todas elas, de resto, de acordo com a técnica estabelecida do pronunciamento, estavam aquarteladas na *periferia* e, mais, perto da fronteira: em Bragança, em Vila Viçosa, em Estremoz, em Almeida, em Tavira. No entanto, nenhuma tentou, como no pronunciamento clássico, aguentar-se no terreno, para dar tempo à eclosão de outras manifestações militares a seu favor. Pelo contrário, todas descamparam para Espanha sem trocar um tiro com as tropas «cartistas». Este pouco habitual comportamento indica que, apesar do «fervilhar» de intrigas, denunciado pelas autoridades, não contavam com cumplicidades castrenses, excepto aquelas que o seu «gesto» por si mesmo suscitasse. Manuel da Silveira da Fonseca, convém notar, nem um «gesto» fez: limitou-se a contrabandear o regimento de Infantaria 11 para Ciudad Rodrigo, a uma pequena distância de Almeida, sem qualquer tentativa de progredir em território nacional. A heterogeneidade dos chefes e dos métodos revela igualmente uma completa ausência de organização. Os instigadores e chefes da revolta iam de generais de carreira (como Montalegre, Magessi, Manuel Silveira da

---

<sup>18</sup> Martín, *El General*, 51.

<sup>19</sup> Soriano, III, II, 1, 500.

Fonseca, o marquês de Chaves e Telles Jordão) ou de milícias (Madureira Lobo) a coronéis e majores (no Algarve), a simples tenentes e até a um médico militar. Houve quem sublevasse unidades de linha e quem sublevasse destacamentos de umas dezenas de homens. O marquês de Chaves apresentou-se em Vila Real com 300 paisanos<sup>20</sup>. Telles Jordão apareceu em Vilar Maior apenas com algumas milícias<sup>21</sup>. Não existe vestígio de ordem ou de regularidade nas insurreições de 1826. Os militares rebeldes agiram individualmente, consoante as suas circunstâncias e a sua inspiração, sem dependência mútua e mesmo sem interesse visível pelo que acontecia ao lado deles: Magessi, por exemplo, nem sequer pensou em ajudar os «miguelistas» da guarnição de Elvas, embora nela existissem tropas, como um destacamento de Infantaria 17 de Estremoz (já em armas contra o governo), Infantaria 5 e Artilharia 3, que os «liberais» achavam inseguras e que, aliás, se revoltaram e foram dominadas com dificuldade, enquanto ele marchava para a fronteira<sup>22</sup>.

Embora as autoridades constituídas protestassem invariavelmente que apenas uma facção «degenerada» do exército se opunha ao governo de Lisboa, para perceber o que sucedeu convém observar que tumultos populares contra a Carta (cujo juramento oficial devia ser em 31 de Julho) precederam ou acompanharam as primeiras acções da tropa de linha tanto no Nordeste de Trás-os-Montes<sup>23</sup> como no Alentejo<sup>24</sup>. O tumulto de Chaves de 21 de Julho envolvia sobretudo paisanos e milícias<sup>25</sup>. Milícias, «paisanos nobres» e «paisanos de segunda condição» seguiram Magessi<sup>26</sup>. Quando tentou tomar Vila Real, o marquês de Chaves trazia consigo umas centenas de guerrilhas, um único oficial e três soldados e, na retirada, «reuniu campónios»<sup>27</sup> à sua coluna. De resto, apesar de insistentes desmentidos, o «desassossego» continuou depois da fuga dos militares para Espanha<sup>28</sup>. Ou, como no caso de Almeida, a própria fuga provocou o desassossego, como Saldanha candidamente admitia numa carta (já mencionada) à Infanta-Regente. Por outras palavras, em Julho e Agosto, as unidades que se insurgiram respondiam ao clima político que as rodeava. Não eram peças de uma conjura mais vasta, nem se propunham desencadear um pronunciamento corporativo, queriam

<sup>20</sup> Offício do juiz de fora de Vila Real, 5-10-26, in Araújo, *Crónica*, I, 88-89.

<sup>21</sup> Araújo, *Crónica*, I, 88.

<sup>22</sup> Aguilar, *Apontamentos*, 151-155.

<sup>23</sup> A. Lousada e N. Monteiro «Revoltas absolutistas», in *O Liberalismo*, II, 171.

<sup>24</sup> Aguilar, *Apontamentos*, 151, e Soriano, III, II, I, 477-478.

<sup>25</sup> Proclamação de José Correia de Mello, governador das armas de Trás-os-Montes, in Santos, *Documentos*, II, 93.

<sup>26</sup> Ordem do dia da divisão realista do Alentejo de 21-9-26, in DCD, 1926-1927, 121.

<sup>27</sup> Juiz de fora de Vila Real a Stubbs, 5-10-26, in Araújo, *Crónica*, I, 88.

<sup>28</sup> Araújo, *Crónica*, 86.

servir de apoio a um levantamento nacional, que julgavam iminente. O seu objectivo consistia em permitir que Portugal em peso rejeitasse a legitimidade do «brasileiro» D. Pedro e, por consequência, da sua Carta antes que D. Miguel a jurasse. Por duas razões. Desde logo, porque não alimentavam ilusões sobre a sua força: ela só valia com o concurso em massa da população (incluindo as milícias e as guerrilhas que se formassem). Depois, porque em caso de uma vitória puramente militar (se, por exemplo, o grosso do exército se declarasse contra o governo) estabeleceriam um mero poder fáctico, que nenhuma potência reconhecera e que certamente iria embaraçar o próprio D. Miguel. Pior: a Igreja, que, na pessoa dos bispos, recomendava obediência à Infanta-Regente, e a nobreza titular, em parte representada na Câmara dos Pares, por muito que odiassem D. Pedro e a Carta, teriam de reprovar uma aventura, inteiramente injustificável, ou de manter perante ela uma conspícua reserva<sup>29</sup>. Não se tratava, portanto, nessa altura, de eliminar o regime, mas, com mais modéstia, de impedir que a sua autoridade se exercesse num país em irredutível oposição que preferia o «absolutismo» e aclamava D. Miguel.

2. Aconteceu, no entanto, como se disse, que as tropas fiéis conseguiram esmagar um a um os pronunciamentos regimentais, os motins de pequenas unidades e os tumultos subsequentes, que também eclodiram, por aqui e por ali, sem simultaneidade e sem combinação com os outros corpos rebeldes. A retirada para Espanha foi na origem um mero recurso. Nem Montalegre nem Magessi tinham qualquer ideia do que os esperava do outro lado. Foram recebidos triunfalmente pelos «realistas» locais. Mas no essencial os critérios variaram. Montalegre e, mais tarde, os regimentos do Algarve receberam ordens para depor as armas e se concentrarem em Zamora. Ao passo que a denominada Divisão do Alentejo, sob Magessi, gozou desde logo da protecção do general Longa e acantonou intacta em Valverde de Leganés e, a seguir, em Vila Nova de la Serena. O governo de Fernando VII, ainda que temendo a contaminação «liberal» da Carta, hesitava em ajudar os emigrados com medo de eventuais represálias da Inglaterra. Fernando VII queria prudentemente o patrocínio prévio da Santa Aliança ou talvez mesmo um mandato para intervir em Portugal, como o da França em 1823 para intervir em Espanha. Os «cartistas» portugueses de 1826 não eram, porém, os «democratas» espanhóis de 1823. A França não podia condenar um regime semelhante ao seu. Ao imperador da Áustria, ligado a D. Pedro por interesses de família<sup>30</sup>, não convinha hostilizar a única monarquia da América. E o imperador da Rússia considerava D. Pedro o sucessor legítimo e, por implicação, os

---

<sup>29</sup> O que, aliás, mais tarde, veio a suceder.

<sup>30</sup> O herdeiro do trono brasileiro era neto do imperador da Áustria.

seus actos legais. A Santa Aliança comunicou, por isso, a Fernando VII que a Espanha devia ser «neutral e passiva, sem dar o menor motivo a que se interrompessem as relações com Portugal e talvez a tranquilidade pública da Europa»<sup>31</sup>. A isto Fernando VII respondeu com uma nota em que se declarava decidido a sustentar a «sua Coroa e os direitos dos seus povos sem variações perigosas»<sup>32</sup>. Ou seja, tomaria as medidas necessárias para evitar a «infecção» e, para começar, mandou que se pagassem os soldos e os prês aos rebeldes portugueses<sup>33</sup>.

Dali em diante, a política de Fernando VII consistiu em seguir oficialmente as recomendações da Santa Aliança, enquanto em segredo armava, financiava e organizava um exército de emigrados «realistas» para invadir Portugal. O homem que escolheu para essa tarefa foi o capitão-general de Castela-a-Velha, D. Francisco Longa, que trabalhava em conjunto com o ministro da Justiça, Tadeu Calomarde, um «apostólico» exaltado, e com o antigo embaixador português em Madrid, Joaquim Severino Gomes. As dificuldades da empresa eram evidentes. Havia, antes de mais, uma questão de legitimidade. D. Miguel jurara a Carta em Viena a 4 de Outubro e, a 31, a Infanta anunciara o juramento ao país, na abertura solene das Cortes<sup>34</sup>, para grande alegria de Canning<sup>35</sup>. Até ali, todos os chefes «miguelistas», civis ou militares, tinham justificado os seus actos proclamando a «usurpação» de D. Pedro<sup>36</sup>. Agora, porém, o próprio Infante reconhecia os direitos do irmão e obedecia pública e solenemente às suas ordens<sup>37</sup>. Alguns dos rebeldes já antes defendiam a tese de que, no caso de o Infante morrer sem sucessor directo, a coroa pertencia à Infanta Maria Teresa, princesa da Beira e viúva de D. Pedro Carlos de Espanha, e, a seguir, ao filho dela, o infante D. Sebastião de Bragança e Bourbon<sup>38</sup>. O juramento de Viena suscitou a ideia de afastar D. Miguel e alimentou especulações<sup>39</sup> que Maria Teresa, talvez contrariadamente, se viu obrigada a contrariar, embora sem grande resultado<sup>40</sup>. Mas, como observou o conde da Ponte, as mesmas razões que militavam contra D. Pedro valiam também contra D. Maria Teresa, estrangei-

<sup>31</sup> Martín, *El General*, 33-37.

<sup>32</sup> Esta nota foi aprovada em Conselho de Estado por 12 votos contra 5 (v. Martín, *El General*, 38-39).

<sup>33</sup> Martín, *El General*, 30.

<sup>34</sup> DCD, 1826-1827, 4.

<sup>35</sup> Carvalho, *Palmela*, II, 48-49.

<sup>36</sup> V. Santos, *Documentos*, II, 174-183, 222-226, 249 e 327-329.

<sup>37</sup> Significativamente, os chefes «miguelistas» decidiram ocultar às tropas a notícia do juramento e, no caso de ela se saber, argumentar que o infante estava «coacto» (v. Martín, *El General*, 62).

<sup>38</sup> Araújo, *Crónica*, I, 79-80.

<sup>39</sup> António Ribeiro Saraiva a José Ribeiro Saraiva, 14- 3-27, in Mónica, *Correspondência*.

<sup>40</sup> Araújo, *Crónica*, I, 80.

ra por casamento, e contra D. Sebastião, um príncipe espanhol<sup>41</sup>. Isto deixava os «absolutistas» com o objectivo único de estabelecer um governo de facto, que a Europa não reconheceria e que, ainda por cima, se arriscava a comprometer o regresso do Infante a Portugal. A invasão foi, portanto, desde o começo uma aventura política, que muita «gente honrada», embora inimiga da Carta, se coibiu de apoiar ou sequer de aprovar.

A segunda decisiva dificuldade consistia em coordenar as operações de milhares de homens dispersos ao longo de centenas de quilómetros de fronteira e destes com as forças do interior (milícias ou unidades de linha) que se preparavam para os ajudar ou se contava que os ajudassem. O Inverno, o descalabro ou a simples inexistência de estradas e caminhos e a necessidade de um relativo segredo vinham, além disso, complicar uma tarefa já de si difícil. Acresce, em terceiro lugar, que nem Longa nem os agentes de Maria Teresa conseguiram impor aos rebeldes uma sombra de unidade de comando. Longa escolheu para comandante-chefe do denominado «exército realista» o marquês de Chaves (uma escolha de certa maneira inevitável por causa do seu posto e prestígio) e António da Silveira, visconde de Canelas, para chefe do estado-maior. O marquês de Chaves era um «louco furioso», que «se queria matar a ele e aos outros»<sup>42</sup>, e Longa manifestamente contava com Canelas para, na prática, o substituir. Mas, como promotor do 24 de Agosto de 1820, Canelas não gozava da confiança da maior parte dos rebeldes. O «exército realista» ficou, assim, decapitado à nascença. Montalegre, de resto, esclareceu imediatamente que não aceitava a autoridade do marquês de Chaves e reclamou para ele o comando-chefe, a pretexto de que fora o primeiro a amotinar-se. E, por sua vez, Manuel Pinto da Silveira e Telles Jordão, invocando a sua antiguidade, comunicaram que não aceitariam ordens de Montalegre. Só Magessi se calou, tencionando fazer apenas (como fez) o que lhe apetecesse. Os vários corpos (ou «divisões») permaneceram independentes até ao fim da «invasão», enquanto os chefes intrigavam e se caluniavam. Em carta a Longa, Canelas chamava ao «exército realista» uma «aldeia de loucos»<sup>43</sup>: aliás, animada principalmente pela querela entre ele e Montalegre, em que participavam as respectivas tropas. Em 4 de Novembro, por exemplo, Infantaria 24 (de Montalegre) amotinou-se em Toro contra Telles Jordão, que chegara com Infantaria 11 (partidária de Canelas), e por um triz não o matava<sup>44</sup>. Longa, Calomarde<sup>45</sup> e Maria Teresa<sup>46</sup> exigiam em vão disciplina e comedimento. Mas, no meio da desordem geral, nem Maria

---

<sup>41</sup> DCP, 12-12-26, 632-634.

<sup>42</sup> Canelas a Longa, 23-11-26, in Martín, *El General*, 26.

<sup>43</sup> Canelas a Longa, 23-11-26, in Martín, *El General*, 95.

<sup>44</sup> Martín, *El General*, 69.

<sup>45</sup> Calomarde a Longa, 3-11-26, in Martín, *El General*, 65.

<sup>46</sup> Maria Teresa a Longa, 5-11-26, in Martín, *El General*, 69.

Teresa se coibia de dar instruções *operacionais* ao marquês de Chaves<sup>47</sup>. Com a agravante de que a qualidade dos chefes deixava muito a desejar. Encontrando, em Santiago e em Lugo, o marquês de Chaves, Madureira Lobo, o visconde de Vila Garcia e o visconde de Azenha, o famoso general «absolutista» Nazário Eguía achou-os indiscretos, sem iniciativa, de «pouca substância» e de «muita ambição»: incapazes, em suma, de «se organizar» para a «marcha»<sup>48</sup>. E o visconde da Várzea, Bernardo da Silveira, que emigrou em Novembro (segundo corria, por influência de Maria Teresa<sup>49</sup>) e que gozava de um apreciável prestígio militar, abandonou o «exército» em Janeiro, farto da «baixeza, inépcia e cobardia» dos generais «realistas»<sup>50</sup>.

Por último, o dinheiro não sobrava para armar, alimentar, vestir e calçar a tropa rebelde. Longa enviara a Calomarde um generoso orçamento de 2 milhões de reais<sup>51</sup>, que, em nome da pobreza do Tesouro espanhol e por um notório espírito de economia, Fernando VII reduziu logo a 920 000 reais, propondo que se devolvessem as armas e as munições antes apreendidas aos portugueses (insuficientes e em mau estado) e que se pedissem «emprestadas» (*sic*) outras, enquanto o «exército realista» não «pisasse» a sua «terra», onde certamente «encontraria tudo»<sup>52</sup>. Mas, pouco a pouco, Longa conseguiu estabelecer depósitos perto da fronteira, que supriram as deficiências mais graves. O que, porém, nem ele nem Canelas conseguiram, mesmo após uma longa e lancinante correspondência, foi fazer que os generais «miguelistas» se submetessem a um plano conjunto. O marquês de Chaves, Montalegre e Madureira Lobo deviam reunir as suas forças no Norte, ocupar Trás-os-Montes e progredir para o Minho e o Porto. Magessi devia entrar por Castelo Branco, unido a Jordão, com o propósito de se meter a caminho de Coimbra, cortando as comunicações dos «cartistas» entre o Norte e o Sul. Com a retaguarda segura, sonhava Canelas, se marcharia depois para Lisboa.

Magessi, no entanto, não aceitou as ordens de Longa e Canelas e resolveu, com um pretexto frívolo (o «entusiasmo» dos soldados), invadir Portugal por Alconchel e subir, junto à fronteira, para a Beira Baixa. Isto atrasou Telles Jordão dez dias (até Dezembro) e, naturalmente, desmanchou a hipótese de qualquer uma vasta operação em conjunto<sup>53</sup>. Os generais do «realismo» mostravam de novo que não pertenciam a um «exército»: eram apenas cabecilhas de um levantamento, que se consideravam donos das suas próprias

<sup>47</sup> Maria Teresa ao marquês de Chaves, 16-11-26, in Martín, *El General*, 83.

<sup>48</sup> Eguía a Longa, 1-11-26, in Martín, *El General*, 63.

<sup>49</sup> Ana Carolina a António Ribeiro Saraiva, 3-3-27, in Mónica, *Correspondência*.

<sup>50</sup> Várzea a António Ribeiro Saraiva, 20-1-27, in Mónica, *Correspondência*.

<sup>51</sup> Longa a Calomarde, s. d., in Martín, *El General*, 44.

<sup>52</sup> Nota autógrafa de Joaquim Severino Gomes, s. d., in Mónica, *Correspondência*.

<sup>53</sup> Magessi a Longa, 20-11-26, in Martín, *El General*, 89.

tropas. Assim que se viram em Portugal, Chaves, Canelas, Montalegre e Madureira também começaram imediatamente as suas brigas privadas<sup>54</sup>.

De qualquer maneira, as tropas rebeldes do Norte seguiram em direcção a Bragança, onde o coronel José Lúcio Travassos Valdez se fechou com 400 homens de Infantaria 3 e 21 e 60 cavalos e 60 homens de Cavalaria 12<sup>55</sup>. Valdez contava com uma «coluna volante», organizada (no papel) em Outubro e comandada por Claudino, que, em princípio, devia vir em seu auxílio. Sucede que, segundo Longa, 3000 paisanos e 1000 guerrilheiros, «bem mandados e armados», obrigaram Claudino a parar<sup>56</sup> e que, abandonado, Valdez se rendeu a 26. A notícia de que o marquês de Chaves finalmente aparecera em Portugal trouxe, de facto, aos «realistas» dezenas de bandos (principalmente formados por pequenos lavradores, assalariados e vadios) em Misarela, Telhado, Ruivães, Ferral (chefiada pelo célebre Cachapuz), Montalegre, Covelães, Paredes, Monforte, Moncorvo, Miranda, Vila Flor, Vinhais e por aí fora<sup>57</sup>. Sem dúvida de nulo ou quase nulo valor militar, as «guerrilhas» e também a «canalha» avulsa serviram, pelo menos, para excitar as populações, aterrorizar os «liberais» e constituir um sério empecilho aos movimentos da «coluna» de Claudino e outras unidades fiéis. Mas, nos dias seguintes, os rebeldes não se mexeram. Só a 5 de Dezembro a marquesa de Chaves, escarranchada num burro e acompanhada por alguns «notáveis» e 2000 aldeões, sublevou sem dificuldade Vila Real e, com as milícias locais (e o marido, que, entretanto, aparecera), ocupou triunfalmente a terra do seu título<sup>58</sup>. Com os regimentos de Infantaria 3 e 21 de Bragança, sob o comando de sargentos e oficiais de confiança, com Cavalaria 12 e recursos para montar de fresco Cavalaria 6 e Cavalaria 9, os «realistas» ficavam agora com um pequeno «exército» de respeito. Se ele o fosse, ou seja, se nesse conjunto de forças existisse um módico de disciplina e uma cabeça única. Formaram, por isso, um «Supremo Governo Provisório do Reino», na esperança desesperada de pôr ordem nas coisas. Como se verá, em vão.

As actividades de Magessi no Alentejo não passaram de uma sortida a Vila Viçosa (onde, aliás, encontrou resistência), da tomada provisória de Mourão e da entrega ao «povo» de proclamações e folhetos. Nenhuma praça importante caiu e, prudentemente, Magessi, acantonado em Espanha, reduziu as suas ambições a um ocasional reconhecimento. A ideia era, como de costume, «desmoralizar» o inimigo à distância. Mas, por uma vez, o governo de Lisboa agiu depressa e com eficácia. Substituiu o governador das armas

---

<sup>54</sup> Martín, *El General*, 91-101.

<sup>55</sup> Canelas a Longa, 22-11-26, in Martín, *El General*, 93

<sup>56</sup> Longa a Calomarde, 25-11-26, in Martín, *El General*, 100.

<sup>57</sup> Lousada e Monteiro, «Revoltas», in *O Liberalismo*, II, 171.

<sup>58</sup> Canelas a Longa, 5-11-26, e Leitão a Longa, 8-11-26, in Martín, *El General*, 114.

da província e mandou Vila Flor (com duas brigadas de infantaria, uma brigada de cavalaria e uma bateria a cavalo<sup>59</sup>) «limpar» as paragens. A 7 de Dezembro, os «liberais» desbarataram um pequeno grupo rebelde em Alegrete e, a 10, Vila Flor surpreendeu o próprio Magessi perto de Arronches. Após uma breve escaramuça entre a vanguarda «cartista» e a retaguarda «miguelista», ambas naturalmente formadas por cavalaria, as peças de campanha de Vila Flor não tardaram a resolver o assunto. Magessi atravessou para Espanha e partiu para o Norte, encostado à fronteira.

Telles Jordão não sofreu este vexame. O visconde da Várzea, Bernardo da Silveira, e o visconde de Molelos tinham preparado a Beira para o receber<sup>60</sup>. Em 26 de Novembro, já houvera um tumulto dos «voluntários realistas» de Lamego<sup>61</sup>. Quando Jordão apareceu em Portugal, a 5 de Dezembro, não longe de Almeida, o regimento de milícias, cujo coronel era o famigerado Pitta Osório, também aclamou D. Miguel<sup>62</sup>. Depois, até 11, foi a vez das milícias de Trancoso, da Guarda, de Viseu, de Tondela, de Arganil, da Idanha e da Covilhã. Numa semana, «do Douro à serra da Estrela e do Côa ao Mondego», a Beira levantava-se contra a Carta<sup>63</sup>. Infelizmente para os «realistas», no maior caos. Faltavam «víveres, confiança e organização»<sup>64</sup>. Sobravam generais, brigadeiros, coronéis e comandantes. Faltava uma estratégia unificada. Sobravam «ordens de carácter circunstancial» ou até «contraditórias», a que os oficiais de baixa patente tranquilamente desobedeciam<sup>65</sup>. Com alguns (poucos) soldados de linha, unidades de milícias, guerrilheiros submetidos a uma espécie vaga de comando e paisanos armados (com escopetas, carabinas e paus<sup>66</sup>), que, às centenas ou aos milhares, ora se juntavam, ora se afastavam do grosso das tropas, o «exército» de Telles Jordão não era, de facto, um exército. Tanto mais que, por aqui e por ali, surgiram autoridades de estatuto desconhecido e atribuições ambíguas. Um «Governo Provisório» em Lamego<sup>67</sup>, uma «Junta Administrativa de Governo» na Guarda, outra em Viseu, um governador das armas de Trás-os-Montes (ou, melhor, vários, instantaneamente demitidos e readmitidos), um governador das armas da Beira Alta (Várzea) e dezenas de pequenos caudilhos, que no seu território não admitiam interferências. Ninguém se entendia com ninguém: e o marquês de Chaves, um perfeito símbolo do delírio universal, acusava

<sup>59</sup> Fronteira, *Memórias*, III, 119.

<sup>60</sup> Samodães, *Apontamentos*, 169.

<sup>61</sup> Costa, *Lutas*, 39.

<sup>62</sup> Costa, *Lutas*, 47.

<sup>63</sup> Aguilar, *Apontamentos*, 169.

<sup>64</sup> Costa, *Lutas*, 52.

<sup>65</sup> Costa, *Lutas*, 54-55.

<sup>66</sup> Jorge Mázon a Fleyres, 10-12-26, in Martín, *El General*, 118.

<sup>67</sup> Santos, *Documentos*, II, 591.

Montalegre de ter prendido Canelas e Manuel Pinto da Silveira e de lhe roubar o seu dinheiro pessoal e 300 000 réis dos cofres de Bragança<sup>68</sup>. Verdade seja que, a 22, o octogenário general Pego entregou a Telles Jordão a praça de Amarante. Mas Chaves, Canelas e Montalegre, absorvidos nas suas frívolas intrigas, anularam esta extraordinária vantagem, deixando escapar para o Tâmega Claudino e Correia de Mello, com «a imperícia e a ignorância» que sempre indignavam Longa<sup>69</sup>. E, a 11 de Dezembro, a situação internacional mudou drasticamente a favor dos «liberais».

A Inglaterra não queria que a influência da «Santa Aliança» se alargasse no continente e, em particular, simultaneamente a Espanha e a Portugal. Não queria, sobretudo, que a Espanha liquidasse o «liberalismo» em Portugal. Desde Agosto que protestara contra o acolhimento que Madrid dava aos desertores «miguelistas», o que, aliás, coagira Fernando VII e Calomarde a manobras quase clandestinas. Para Canning, a «invasão» de Novembro excedeu os limites do tolerável. A 2 de Dezembro, Palmela, embaixador em Londres, pediu a intervenção inglesa e, a 11, Canning concordou. A 14, as duas casas do Parlamento aprovaram que se enviasse para Portugal um corpo expedicionário de cerca de 6 000 homens, sob o comando do general Clinton. Como notava Palmela, o objectivo do «socorro britânico» consistia em defender o país de uma «agressão estrangeira», porque os «rebeldes», uma vez que se tinham «acolhido a Espanha» e voltavam em pé de guerra, se deviam considerar estrangeiros. Mas, como Canning achava impossível distinguir entre esses «degenerados» e os «absolutistas» que se haviam levantado no interior, a autêntica missão da tropa inglesa era, em última análise, «auxiliar o governo contra todos os rebeldes»<sup>70</sup>.

A presença de Clinton em Portugal garantia a vitória dos «liberais». Desde logo, transformava a querela entre os «miguelistas» e o governo num conflito entre duas potências, Portugal e Espanha (uma delas com um aliado de peso). Muito claramente, alimentar à socapa as incursões do marquês de Chaves ou de Magessi não incluía o insuportável risco de promover uma batalha campal contra unidades de linha da Inglaterra. A Espanha ficava, assim, impedida de continuar a sua campanha contra a impiedade e a Carta através dos «realistas» portugueses e os «realistas» portugueses ficavam sozinhos em campo: se perdessem, perdiam definitivamente. Desgraçadamente, Clinton também não lhes permitia ganhar, porque assegurava Lisboa aos «liberais» e, mesmo sem um gesto, marcava os limites do avanço dos «rebeldes». Onde ele estivesse (e chegou a Coimbra), os «rebeldes» não

---

<sup>68</sup> Ordem do dia do quartel-general de Vila Real de 12-12-26, in Santos, *Documentos*, II, 729.

<sup>69</sup> Longa a Calomarde, 6-12-26, in Martín, *El General*, 123.

<sup>70</sup> Palmela, *Correspondência*, II, 283-284.

podiam estar, sob pena de envolver a Espanha num sério incidente diplomático — ou pior ainda.

Clinton, no entanto, acabou por não ser necessário. A confusão «miguelista» bastou. Depois de bater Magessi, Vila Flor marchou sossegadamente para norte, sem encontrar sombra de resistência. Passando por Portalegre, Vila Velha de Ródão e Castelo Branco (onde recolheu as forças que guarneciam a província e que tinham permanecido «fiéis»<sup>71</sup>), chegou às portas de Braga, que Molelos ocupava com 3000 homens de linha e milícias pouco antes do Natal. Molelos, apesar da sua superioridade numérica, evacuou imediatamente a cidade. Temia talvez a notória indisciplina das suas tropas e, de resto, em toda a sua carreira exibiu sempre uma excessiva prudência. Na véspera de Natal de 1826, Vila Flor ocupou a Guarda e tratou de se informar sobre a situação militar dos «liberais»<sup>72</sup>.

A situação não era tão má como podia ser. Claudino apenas conseguira reunir parte das forças da sua «coluna» (em princípio, Infantaria 10 e 16, Caçadores 3 e 7, Cavalaria 11 e meia brigada de Artilharia: 2000 homens, 130 cavalos e 2 peças), mas juntou 1500 homens em Viseu, o seu primeiro quartel-general, e partiu em observação para Foz Côa. A 16 de Novembro, estava com o seu estado-maior em Moncorvo, quando recebeu a notícia da iminência de uma invasão «realista». Decidiu, portanto, avançar para Mirandela, «centro geométrico» de Trás-os-Montes, e dali para Vinhais, decidido a seguir para Bragança em apoio de Valdez. Soube, no entanto, a 24, que o marquês de Chaves e Montalegre já haviam cercado Valdez no «derrocado castelo da cidade» com os regimentos de Infantaria 11 e 24, Caçadores 7, 150 cavalos e «um formidável corpo de mais de 1000 guerrilheiros». Reconhecendo a sua impotência, Claudino retirou sobre Chaves e aí ainda quis investir Bragança, «de combinação com Correia de Mello, que trazia consigo algumas tropas». Mas não se atreveu. Entre regulares e guerrilheiros, o «exército realista» andava agora pelos 7000 homens e o levantamento estendera-se à província inteira: «paisanos» armados dificultavam as comunicações e o reabastecimento. Claudino e Correia de Mello consideraram o caso perdido e preferiram defender a linha do Tâmega para evitar que «a insurreição se propagasse ao Minho» e que os «rebeldes» chegassem ao Porto. Era um movimento hábil, que os governadores das armas do Minho, o marquês de Angeja, e do Porto, Stubbs, logo aprovaram e a que deram uma genuína, embora (por falta de meios) pouco apreciável, ajuda<sup>73</sup>.

<sup>71</sup> O governador das armas da Beira Baixa era o general João de Lacerda, o único membro do clã Silveira que não se revoltou contra o governo de Lisboa.

<sup>72</sup> Fronteira, *Memórias*, III, 125-127, e Soriano, *Guerra*, III, II, II, 76.

<sup>73</sup> Pimentel, *Memorial*, 161-166.

De facto, o «exército realista» do Norte, agora denominado «divisão transmontana» e sob o simultâneo ou sucessivo comando do marquês de Chaves, de Montalegre e de Canelas, tentou inutilmente atravessar o Tâmega. Primeiro, sem grande convicção, em Cavez, onde Correia de Mello conservou com firmeza as suas posições, e, depois, em Amarante, onde Claudino repeliu uma ofensiva geral. Isto desanimou o marquês de Chaves e Montalegre que, por uma vez de acordo, resolveram retroceder para passar o Douro na Régua e penetrar na Beira em revolta. Na Beira, Azeredo, o governador das armas, expulso de Viseu e sem qualquer autoridade na província, aguentava-se precariamente entre Tondela e Mortágua, com algumas dezenas de soldados de linha e algumas centenas de milícias. As tropas prometidas por Lisboa não apareciam e as coisas tornavam-se cada dia mais desesperadas<sup>74</sup>. A salvação começou mesmo a parecer impossível quando a «divisão transmontana» tomou Viseu e Tondela. Aqui, num acto de particular lucidez, Azeredo decidiu, sem consulta ao governo, promover a junção entre o seu pobre destacamento, a «coluna» de Claudino e a «coluna» de Vila Flor: um plano que salvou os «liberais»<sup>75</sup> e que só ele podia conceber, porque só ele, no centro de um vasto campo de operações, não ignorava a posição dos dois corpos «realistas» e da «coluna» de Terceira. Escreveu, portanto, a Claudino e ao marquês de Angeja, superior formal de Claudino. O marquês pediu tempo para obter o beneplácito do governo, Claudino aceitou sem hesitação: a 26, estaria em Mortágua<sup>76</sup>. Informado desta manobra, Vila Flor não levantou qualquer dificuldade, tanto mais que Magessi se reunira a Telles Jordão e o ameaçava de envolvimento, e desde logo saiu da Guarda pela estrada de Celorico a caminho de Mangualde<sup>77</sup>.

A 26 de Dezembro, como prometido, Claudino apresentou-se em Mortágua com Infantaria 10, Caçadores 3 e 9, dois esquadrões de Cavalaria 11 e peças de campanha e um batalhão do regimento de milícias da Figueira da Foz. Com a gente de Azeredo, esta «divisão cartista» tinha 1700 homens, 150 cavalos e 4 peças. Claudino e Azeredo puseram-se em marcha para Tondela (enquanto os «rebeldes» fugiam à sua frente) com o objectivo de expulsar Montalegre de Viseu. Mas receberam, ainda em Tondela, um mensageiro de Vila Flor e combinaram a rápida junção das duas «divisões» em Seia, o que os obrigava a esquecer Viseu e a contornar o inimigo pela direita, ou seja, por Nelas. De resto, a poucos quilómetros de Tondela (onde, a 28, se lhes reunira o famoso «Batalhão Académico»), foram informados por

---

<sup>74</sup> Aguilar, *Apontamentos*, 164-173.

<sup>75</sup> Pimentel, aceitando a hagiografia do radicalismo, atribui erradamente a iniciativa a Claudino (Pimentel, *Memorial*, 170).

<sup>76</sup> Aguilar, *Apontamentos*, 173-175.

<sup>77</sup> Fronteira, III, 128-130.

centenas de «populares» de que Montalegre evacuara Viseu e o marquês de Chaves Mangualde. Isto retirava Viseu da lista das preocupações imediatas e permitia-lhes seguir directamente para Seia. A 30, Azeredo, Claudino e Vila Flor encontraram-se em Seia e Vila Flor, como general mais antigo, assumiu o comando das duas «divisões»<sup>78</sup>.

A anarquia do «exército rebelde» (de que Montalegre, invocando a «saúde» do marquês de Chaves, se havia proclamado chefe<sup>79</sup>) permitiu o êxito da manobra dos «liberais». O «exército realista» do Norte (4000 homens e 400 cavalos<sup>80</sup>) ficou mais de oito dias em frente de Azeredo sem o destroçar e não fez o menor movimento contra Claudino quando ele se aproximou com pouco mais de metade dos efectivos «absolutistas», assistindo passivamente à sua marcha para se reunir ao pequeno contingente de Azeredo e aos «voluntários académicos»: uma conduta que o observador de Longa junto de Montalegre considerou «criminalíssima»<sup>81</sup>. Também a nordeste, Magessi, Telles Jordão, Bernardo da Silveira e um tal brigadeiro Ordaz, à frente de 20 000 homens (3 «divisões»), que incluíam grande parte dos regulares de Almeida e uma forte artilharia de campanha, não perseguiram seriamente Vila Flor. Equivocaram, discutiram, avançaram e recuaram. A 28, após algumas complicadas e frívolas evoluções, Telles Jordão ainda estava em Celorico, tentando de novo que «se acabassem as intrigas e se trabalhasse para o bem comum»<sup>82</sup>.

Por fim, os «rebeldes» concordaram em se concentrar na margem direita do Mondego à volta de Fornos de Algodres (em Fornos, Vila Chã, Maceira e Quintela). Um reconhecimento em força de Claudino sobre a ponte da Cabra chamou o grosso das unidades «realistas» que defendiam o rio e a descoordenação entre Magessi e Montalegre<sup>83</sup> favoreceu os «liberais», que tomaram a ponte<sup>84</sup> e, deixando um destacamento a guardá-la (e a distrair o inimigo), atravessaram o Mondego uns quilómetros a jusante<sup>85</sup>. Isto bastou para convencer Magessi, Montalegre e Bernardo da Silveira (que agora dirigia informalmente o «exército rebelde») a fugir para norte: para Mangualde e, depois, para posições entre Aguiar da Beira e Trancoso, cujo centro era a aldeia de Coruche.

Surgiu, então, uma polémica entre Azeredo e Claudino, ou, mais genericamente, entre aqueles que temiam que os «realistas» marchassem para

<sup>78</sup> Aguilar, *Apontamentos*, 178.

<sup>79</sup> Martín, *El General*, 139.

<sup>80</sup> Longa a Zambrano, 31-12-27, in Martín, *El General*, 157.

<sup>81</sup> Mazón a Fleyres, 2-1-27, in Martín, *El General*, 160.

<sup>82</sup> Mazón a Fleyres, 2-1-27, in Martín, *El General*, 154.

<sup>83</sup> Magessi a Longa, 7-1-27, in Martín, *El General*, 163.

<sup>84</sup> Schwalbach comandava a unidade que primeiro chegou ao outro lado (v. Fronteira, *Memórias*, III, 133).

<sup>85</sup> Aguilar, *Apontamentos*, 180.

Coimbra e os que temiam que eles marchassem para o Porto e sobre o método de os impedir de fazer uma coisa e outra<sup>86</sup>. Com a sua habitual sensatez, Vila Flor preferiu oferecer batalha a Bernardo da Silveira e dispersar logo ali os insurrectos: uma decisão da qual posteriormente tanto Azeredo como Claudino se atribuíram o mérito<sup>87</sup>. A batalha entre os «liberais» e os «absolutistas», a única batalha que ocorreu durante o levantamento, foi a 9 de Janeiro, a meia distância entre Aguiar e Coruche da Beira. Os «liberais» tinham cerca de 5500 homens, 10 peças e 3 obuses; as estimativas sobre o número dos «absolutistas» vão de 8000 a 12 000 (entre regulares, milícias e guerrilhas), conforme se contem as forças próximas do local de combate ou as que verdadeiramente combateram. Com os regimentos de Caçadores, Vila Flor atacou a linha inteira dos insurrectos, para os fixar no terreno, e constituiu duas colunas com Infantaria, Cavalaria e Artilharia: a primeira para tornejar a esquerda do inimigo e a segunda para investir o seu centro. Depressa a esquerda «rebelde» debandou e, depois de uma curta resistência, também o centro. Os «liberais» suportaram uma carga de Cavalaria e apenas dois (2) tiros das 5 peças e do obus, que os «absolutistas» tinham em campo. A batalha começou à uma da tarde. Às seis, apesar das posições favoráveis que ocupava nas alturas, Canelas, que, em nome da antiga nomeação de Longa, assumira o «comando-chefe», ordenou a retirada<sup>88</sup>. Um gesto que ele mesmo não tardaria a classificar de «cobarde e louco» e cuja responsabilidade sacudiu para Montalegre. Segundo Canelas, a «divisão» de Montalegre entrara em linha quase no fim do dia e com manifesta relutância e havia assistido com toda a tranquilidade aos acontecimentos, sem disparar um tiro<sup>89</sup>, impedindo assim uma contra-ofensiva salvadora.

A batalha de Coruche da Beira (para os «liberais») ou de Aguiar da Beira (para os «miguelistas») não fez, como de costume, muitas baixas. Segundo o relatório oficial, o exército «fiel» teve 10 mortos, 51 feridos, 11 prisioneiros e 18 «extraviados» (ou seja, desertores<sup>90</sup>). Canelas não comunicou a Longa o número exacto das baixas dos «rebeldes», mas certamente pouco excederam as de Vila Flor. A diferença entre os dois campos esteve principalmente nas consequências disciplinares. A facção «radical» do «cartismo» tentou atribuir a Claudino e à sua coluna todo o mérito da vitória: Claudino impu-

---

<sup>86</sup> Os «realistas» tencionavam, de facto, regressar a Trás-os-Montes e daí progredir para o Minho e o Porto.

<sup>87</sup> Aguiar, *Apontamentos*, 179-180, e Pimentel, *Memorial*, 173-174.

<sup>88</sup> Ofício de Vila Flor ao ministro da Guerra, marquês de Valença, in Santos, *Documentos*, III, 67-68; Canelas a Longa, s. d., in Martín, *El General*, 166 e 168; Pimentel, *Memorial*, 176-177; Fronteira, *Memórias*, III, 137-139.

<sup>89</sup> Canelas a Longa, s. d., in Martín, *El General*, 167

<sup>90</sup> Ofício de Vila Flor ao ministro da Guerra, marquês de Valença, 11-1-27, in Santos, *Documentos*, III, 69.

sera a estratégia de afrontamento, descobrira as posições do inimigo, concebera o plano de batalha e comandara no campo. Um comunicado, dirigido às entidades «competentes» e assinado por Vila Flor, insinua ou mesmo afirma, como facto incontestável, a proeminência de Claudino e a subalternidade de Vila Flor. Mas sucede que esse comunicado nunca se publicou e foi substituído por outro<sup>91</sup>. Pouco depois, este episódio, e também, provavelmente, uma certa má vontade política levavam o governo a destituir Claudino e a chamá-lo a Lisboa, a pretexto de que, sendo deputado, devia ocupar o seu lugar na Câmara. Após uma dilatória passagem pela sua casa de Trás-os-Montes, Claudino obedeceu<sup>92</sup>. Do lado «liberal», existia um poder legítimo que os militares, contrariados ou não, acabavam por aceitar; e esse poder sustentava a unidade de comando das forças no terreno.

Entre os «realistas», a balbúrdia continuou. Sem que se saiba por ordem de quem, embora presumivelmente de Canelas, o «exército», que Vila Flor perseguia sem grande entusiasmo, fugiu — por Trancoso e Pinhel — para Almeida e dali tornou a escapar para Espanha<sup>93</sup>. Os responsáveis pelo desastre torceram a realidade para o esconder, com a benevolente ajuda dos próprios representantes de Longa (Bacigalupi e Fleyres) que também pretendiam continuar a cruzada contra os «revolucionários»<sup>94</sup>. Canelas, escrevendo a Fleyres, governador de Ciudad Rodrigo, não hesitou em dizer que o combate fora «el más glorioso para nosotros» e que de modo algum o inimigo o obrigara a retirar. A retirada já era necessária antes de Coruche, por causa da «amalgamação de infinitos corpos informes, do cansaço de uma campanha de dois meses e da falta de víveres»<sup>95</sup>. Um argumento extraordinário que não hesita em repetir a Longa, acrescentando pormenores: o péssimo estado da Cavalaria e do calçado das tropas e, fatalmente, a urgência de afastar Montalegre e de encontrar um chefe incontestável, o sempre muito desejado Infante D. Sebastião<sup>96</sup>.

Infelizmente, a verdade começou a mostrar a sua feia face. Fleyres reconhecia que Coruche tinha sido uma «hecatombe», em que só se tinham «salvado» Magessi e Telles Jordão<sup>97</sup>. Canelas acusava Várzea de não ser competente na guerra «irregular»<sup>98</sup>. E, num raro intervalo de lucidez, o marquês de Chaves, provavelmente incitado por Longa, demitia Canelas de

<sup>91</sup> Pereira Pinto, Ordem de divisão de 13-1-27, in Santos, *Documentos*, III, 76.

<sup>92</sup> Soriano, *Guerra*, III, II, II, 79-80.

<sup>93</sup> Bacigalupi a Fernando VII, 10-1-27, in Martín, *El General*, 168, e Aguilar, *Apontamentos*, 183.

<sup>94</sup> Bacigalupi a Julian de Arrea, 10-1-27, in Martín, *El General*, 168.

<sup>95</sup> Canelas a Fleyres, 11-1-27, in Martín, *El General*, 165.

<sup>96</sup> Canelas a Longa, s. d., in Martín, *El General Longa*, 168.

<sup>97</sup> Fleyres a Longa, 12-1-27, in Martín, *El General*, 168.

<sup>98</sup> Canelas a Longa, s. d., in Martín, *El General*, 167.

chefe do estado-maior dos «rebeldes», sem que ninguém (nem a vítima) se atrevesse a protestar. Pior: Várzea e Molelos abandonaram o «exército» de sua livre vontade, para não participarem, como dizia Molelos a António Ribeiro Saraiva, no «descrédito» e na «ígnomínia» daquela aventura e por nada esperarem da «baixeza, inépcia e cobardia da maior parte dos chefes» («realistas»)<sup>99</sup>.

A genuína «amalgamação» dos «infinitos corpos informes» dos «miguelistas», as querelas e o escasso valor dos chefes e as deficiências logísticas (apesar do auxílio espanhol) explicam a fácil vitória de Vila Flor em Coruche contra forças, pelo menos, duas vezes maiores. Depois de Coruche, porém, e da debandada que se lhe seguiu, desapareceram os últimos vestígios de ordem que ainda permitiam aos «rebeldes» agir com uma vaga coerência. Dali em diante, o «exército», reduzido, desmoralizado e privado das suas melhores cabeças, transformou-se num mero bando, conduzido por um louco, Chaves, e por dois velhos, Magessi e Telles Jordão, sem inteligência ou estatura. Mas, lembrando, em alta retórica, que «uma morte honrosa é preferível a uma vida cheia de opróbrio e de ignomínia», Longa mandou esta gente à conquista do Porto<sup>100</sup> (por Trás-os-Montes e pelo Minho) enquanto de Madrid Maria Teresa se preparava para os animar com manifestações do seu real agrado<sup>101</sup>. Rearmados e reconstituída em parte a sua artilharia, os «miguelistas», reentraram em Portugal, a 17, com 6000 homens de infantaria, 900 cavalos e 8 peças de artilharia, atravessando o Douro por Freixo de Espada à Cinta e pela Bemposta<sup>102</sup>. Como sempre Chaves comandava em título e por detrás dele vinham em capacidades difusas Montalegre, Magessi e Telles Jordão<sup>103</sup>. Em Ciudad Rodrigo, Canelas comunicava a Longa a sua pouca fé na operação (a que, de resto, não tardaria a se juntar): os invasores «dispersariam» à vista das tropas «liberais» e Magessi era «o mais pusilânime de todos os homens» e um «manequim»<sup>104</sup>. Longa nunca mais lhe voltou a escrever.

Os «realistas» marcharam para Mirandela e, depois, para Murça, a fim de observar os «liberais»: o marquês de Angeja, que estava em Vila Real, e o general José Correia de Mello, que estava em Vila Pouca de Aguiar. Aqui,

---

<sup>99</sup> Várzea a António Ribeiro Saraiva, 20-11-27, in Mónica, *Correspondência*.

<sup>100</sup> Longa a Magessi, 12-1-27, in Martín, *El General*, 169-170.

<sup>101</sup> Maria Teresa a Magessi, 14 (ou 8)-2-27, Maria Teresa a Telles Jordão, 18-2-27, e Maria Teresa a Telles Jordão, 28-2-27, in Mónica, *Correspondência*.

<sup>102</sup> A quase simultânea tomada de Chaves aos «realistas», aliás apenas defendida por «guerilhas» e duas dezenas de soldados de linha, levou muitos historiadores a confundir o ponto da incursão. Porém, a evidência e a análise da campanha não deixam dúvidas (v. extracto de uma comunicação do marquês de Angeja e do general Stubbs ao Ministério do Exército, 29-1-27, in Santos, *Documentos*, III, 181, Aguiar, *Apontamentos*, 184, e Magessi a Longa, 23-1-27, in Martín, *El General*, 191).

<sup>103</sup> Fleyres a Longa, 8-2-27, in Martín, *El General*, 194.

<sup>104</sup> Canelas a Longa, 17-1-27, in Martín, *El General*, 181.

Magessi fez um dos raros movimentos audaciosos e argutos dos generais «rebeldes», torneando sem ser notado Angeja e Mello, em direcção a Chaves (que brevemente ocupou) e, a seguir, a Braga pelas alturas do Barroso<sup>105</sup>. Por falta de tropas, a «frente» que protegia o Minho de um ataque dos «transmontanos», já de si ténue, tinha o seu ponto fraco precisamente nas alturas do Barroso. O coronel Bernardo António Zagalo, por exemplo, defendia Ruivães com pequeno destacamento de 400 homens. Foi contra Zagalo que Magessi se dirigiu e, após uma fútil tentativa para se sustentar na ponte de Mizarela, Zagalo recuou para Salamonde e, atacado pela cavalaria inimiga, permitiu que os soldados «debandassem para as montanhas», indo ele e alguns oficiais para o Porto<sup>106</sup>. O caminho de Braga ficava aberto aos «realistas», que a tomaram na madrugada do dia 1, enquanto os «liberais» do sítio, legitimamente, aterrorizados, corriam para o Porto<sup>107</sup>. A «causa» parecia em vésperas de um clamoroso triunfo. O marquês de Chaves distribuiu alucinadas proclamações em que, embora admitindo não ser um «anjo», se declarava o «frágil instrumento com que o Altíssimo queria derrubar o colosso da impiedade»<sup>108</sup>; e os generais lançaram «fortes piquetes de cavalaria pelas estradas que conduziam ao Porto»<sup>109</sup>.

Mas, como Magessi não ignorava, a tomada de Braga era apenas um triunfo efémero. Entre Vila Flor, Angeja e Mello, os «cartistas» contavam agora com 12 000 homens, dos quais 3000 recrutas «bem instruídos e uniformizados», e o «exército realista», sem qualquer possibilidade de receber reforços de tropa regular, não passava de 3500 homens, com os «fardamentos rôtos» e muitas vezes descalços. Pior: os liberais, incluindo Vila Flor, obedeciam pontualmente ao seu comandante-chefe, o marquês de Angeja, e o «exército realista» permanecia um «corpo sem cabeça», à mercê de um louco (Chaves), de um «pobre diabo» mentiroso e vigarista (Montalegre), de uma «besta de mau génio» (Telles Jordão) e de uma criatura insensata e «violenta» (Canelas, que viera de Espanha e juntara algumas «guerrilhas» em Trás-os-Montes)<sup>110</sup>.

De facto, os «liberais» não perderam tempo. Numa curta excursão a Espanha, Vila Flor soube que os «rebeldes» tencionavam regressar a Trás-os-Montes<sup>111</sup>. Deixou, por isso, a Beira à guarda de um pequeno contingente

<sup>105</sup> Aguilar, *Apontamentos*, 187.

<sup>106</sup> Extracto de uma participação do general Stubbs ao ministro da Guerra, 3-2-27, in Santos, *Documentos*, III, 266.

<sup>107</sup> Soriano, *Guerra*, III, II, II, 79.

<sup>108</sup> Proclamação do marquês de Chaves aos Bracarenses, 31-1-27, in Santos, *Documentos*, III, 188.

<sup>109</sup> Participação do general Stubbs ao ministro da Guerra, 1-2-27, in Santos, *Documentos*, III, 266.

<sup>110</sup> Magessi a Longa, 24 e 28-1-27, in Martín, *El General*, 191.

<sup>111</sup> Fronteira, *Memórias*, III, 140.

sob Azeredo (cuja retaguarda os ingleses, já em Coimbra, asseguravam) e marchou para Lamego. De Lamego foi a Vila Real conferenciar com Angeja, onde recebeu a notícia da nova incursão «realista» e combinou com Angeja o que fazer<sup>112</sup>. Angeja partiu para norte, para Vila Pouca de Aguiar e para a serra do Alvão (para onde Correia de Mello avançara<sup>113</sup>), com o objectivo de reunir as forças dispersas por Trás-os-Montes antes de se aproximar de Braga. Vila Flor trouxe a sua «divisão» para a Régua (na margem direita do Douro) e daí mandou por barco para o Porto dois regimentos de Infantaria (1200 homens), que tornaram Stubbs muito menos vulnerável a um eventual ataque de Magessi<sup>114</sup>. Com o resto das tropas, continuou para Vila Real, atravessou de noite o Marão e só parou, para descansar a tropa, em Amarante<sup>115</sup>. Angeja, por seu lado, descia de Trás-os-Montes por Cavez e Refoios de Basto. A 2 de Janeiro, as duas colunas reuniram-se na Lixa e Angeja, com o acordo de Vila Flor, decidiu investir Guimarães<sup>116</sup>.

A 3, os «rebeldes» abandonaram Guimarães e Braga sem resistência, porque Telles Jordão, que ficara em Murça e devia cobrir a sua esquerda, não se mexeu, por falta de gente e de vontade<sup>117</sup>. Mas resolveram resistir nas pontes do Cávado, principalmente na estratégica ponte do Prado. O combate pela ponte do Prado, em que se distinguiu Sá da Bandeira<sup>118</sup> e que os contemporâneos disseram muito «sangrento», custou aos «realistas» 10 mortos (2 oficiais) e 70 prisioneiros, a maior parte deles certamente feridos, incapazes de fugir. Com a queda da ponte do Prado, as guarnições das outras pontes, percebendo a sua insustentável posição, ou desertaram logo ou concentraram-se na ponte da Barca sobre o Lima, que Infantaria 17 e 2 peças defendiam. Apesar disso, três horas bastaram à «divisão» de Vila Flor para a tomar, embora com maiores perdas de lado a lado: 5 mortos e 24 feridos «cartistas» e 45 mortos (5 oficiais) e 200 prisioneiros «realistas»<sup>119</sup>.

---

<sup>112</sup> Fronteira, *Memórias*, III, 142-144.

<sup>113</sup> Participação do general José Correia de Mello ao ministro da Guerra, 7-2-27, in Santos, *Documentos*, III, 271-272.

<sup>114</sup> Participação do general Stubbs ao ministro da Guerra, 30-1-27, in Santos, *Documentos*, III, 266.

<sup>115</sup> Fronteira, *Memórias*, III, 145.

<sup>116</sup> Participações do general Stubbs ao ministro da Guerra, 1 e 2-2-27, in Santos, *Documentos*, III, 226-267.

<sup>117</sup> Participação do marquês de Angeja ao ministro da Guerra, 27-1-27, in Santos, *Documentos*, III, 258-259, e Soriano, III, II, 79. Telles Jordão faria mais tarde uma inútil correria perto de Marco de Canaveses, antes de se internar em Espanha (v. participação do general José Correia de Mello, 14-2-27, in Santos, *Documentos*, 422-423).

<sup>118</sup> Soriano, *Vida*, I, 118.

<sup>119</sup> Ofício do marquês de Angeja ao ministro da Guerra, 13-2-27, in Santos, *Documentos*, III, 278.

As vitórias da ponte do Prado e da ponte da Barca cortaram a meio o «exército» dos «rebeldes». Uma parte debandou para o Minho, perseguida por Correia de Mello e por algumas unidades do Porto sob o coronel Sousa Valdez. O que sobrou, na essência a tropa que lutara na ponte do Prado e na ponte da Barca e cuja retirada a «heróica cavalaria transmontana» não cobriu<sup>120</sup>, marchou ao longo da raia com Vila Flor atrás e entrou em Espanha próximo de Melgaço. A revolta «absolutista» não tinha sido apenas temporariamente derrotada, tinha sido esmagada. Magessi chorava a morte do seu querido 17 (Infantaria 17)<sup>121</sup> e milhares de pessoas «inundavam» a fronteira, da Galiza a Castela, «mendigando asilo em terra estranha»<sup>122</sup>; soldados e oficiais, milícias e «guerrilhas», «paisanos armados» e «paisanos comprometidos». A história parecia acabada.

Mas não estava. O marquês de Chaves fez ainda uma curta correria em Trás-os-Montes, a que movimentos combinados de Vila Flor e Correia de Melo depressa puseram fim.

---

<sup>120</sup> Magessi a Longa, 6-2-27, in Martín, *El General*, 194, e Magessi a António Ribeiro Saraiva, 7-2-27, in Mónica, *Correspondência*.

<sup>121</sup> Magessi a António Ribeiro Saraiva, 7-2-27, in Mónica, *Correspondência*.

<sup>122</sup> Várzea a António Ribeiro Saraiva, 20-1-27, in Mónica, *Correspondência*.